









SETOR HISTÓRICO DA CIDADE DA LAPA



O segundo planalto do estado do Paraná que se estende para Oeste e para o Norte, até a escarpa da Serra Geral — é formado, inicialmente, pelos Campos Gerais, que vão dos limites com o estado de São Paulo até as atuais cidades de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Correspondem, a essa faixa, topografia suave e solos pobres, provenientes, estes, da decomposição de arenitos. Paisagem muito característica do segundo planalto, os Campos Gerais compreendem menos da metade de sua superfície e a menos povoada. Sobre formações permocarboníferas e argilosas, extremamente dissecadas, crescem pinheirais e matas, separados uns dos outros por vegetação mista de capões e campos. Em fins do século XVIII e início do XIX, toda essa região era imensa área desconhecida, tão-somente habitada, aqui ou ali, ou percorrida por grupos indígenas. Onde, atualmente, se localiza o município da Lapa, justamente no limite Oeste e na zona fisiográfica dos Campos Gerais, ocupando área de cerca de dois mil quilômetros quadrados, altitude média de 800m em relação ao nível do mar (a cidade, entretanto, situa-se a 907m), de clima fresco e temperado no verão e frio e seco, no inverno, era a região em que, no dizer de Saint-Hilaire, se encontrava “a boca do sertão”. Nela não se vêem serranias elevadas e seus campos e matas formam capões de vegetação em meio a solo silicoso, carente de potássio, calcário e sais minerais, notadamente o potássio, o que provoca escassa formação de húmus. A falta de argila impede, também, a retenção de águas pluviais que não penetram profundamente na terra. Embora, de modo geral, não constituam, esses campos, boas pastagens, serviram, entretanto, de pouso para os tropeiros que ali preferiam invernar seu gado. Essas condições climatológicas e fisiográficas determinaram a criação de um tipo de economia que repousou, quase exclusivamente, na atividade tropeira, desde fins do século XVIII até quase meados do XIX e, em seguida, paralelamente a uma agricultura de subsistência, na exploração da erva-mate, ali encontrada em abundância no estado nativo e, depois, na extração e exportação de madeira.

No Sul, o tropeirismo tornou-se a mais rendosa atividade, inaugurando importante ciclo econômico para seus habitantes, porquanto a localização de “paragens” ou “pousos”, ao longo dos caminhos trilhados pelas tropas de gado, passou a constituir grande fonte de renda para os proprietários de terras, os quais alugavam seus pastos, e, também, comerciavam não só cavaladuras como, ainda, o transporte de cargas. O comércio e a criação de gado tiveram importância muito maior que a mineração, na criação e desenvolvimento de novos povoados e aglomerados urbanos, por exigir a fixação, no local, dos que com eles lidavam. Até a descoberta das jazidas auríferas, nos territórios ocupados, hoje, pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em fins do século XVII e início do XVIII, e o conseqüente surgimento de mercado para um comércio de gado mais ativo e, também, de outros gêneros, a região onde, atualmente, se situa o estado do Paraná, excetuado o litoral e pequena área em torno



LOCALIZAÇÃO: CIDADE DA LAPA.

TOMBAMENTO ESTADUAL: PROCESSO Nº 01/89, INSCRIÇÃO Nº 94,

LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO. DATA: 26/06/1989.

TOMBAMENTO FEDERAL: PROCESSO Nº 1309 -T-90.

APROVADO PELO CONSELHO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL EM REUNIÃO DE 2 DE OUTUBRO
DE 1992. HOMOLOGADO EM 1998.

da qual se edificou a cidade de Curitiba, era, praticamente, despovoada. Ao Norte desta, ao longo do caminho que demandava a capitania de São Paulo, existiam umas poucas fazendas de criação de gado, as quais, em função de necessidades criadas, passaram a vender para os lugares onde se situavam as catas de ouro. Entretanto, o gado procedente dessas fazendas não era suficiente para o abastecimento dos povoados e núcleos urbanos que, uns após outros, iam surgindo por toda a região onde se faiscava o metal, por força, inclusive, do crescente fluxo de imigrantes procedentes da Europa. Coube, então, às vacarias do Sul, localizadas nas terras do como era então conhecido “Continente de São Pedro do Rio Grande” — nas quais havia abundância de gado em estado selvagem — a solução para o magno problema, solução essa que, no entanto, logo de início, esbarrou numa dificuldade: a inexistência de uma ligação por terra entre as duas regiões. Impunha-se, então, “dar o necessário calor” à abertura de um caminho pelos planaltos afastados do litoral, pois as rotas à época existentes, junto ao mar, a partir de Viamão, no Rio Grande, longas e penosas, não permitiam rapidez no transporte. A abertura desse caminho, pelas terras altas, transformou-se em obsessão para o então governador da capitania de São Paulo, D. Antonio da Silva Caldeira Pimentel, o qual, determinado a levá-la a termo, designou o sargento-mor Francisco de Souza e Faria para a empreitada. Em 11 de fevereiro de 1728, no local denominado Morro dos Conventos, nas proximidades da atual cidade de Araranguá em Santa Catarina, “abriu-se o primeiro rasgão na mata e se deu partida à subida para o planalto”, passo inicial do caminho que passaria a ligar o litoral às terras altas, o qual, vencido o primeiro degrau da Serra do Mar, atingiria as ricas pastagens do interior. Essa estrada, que vinha do Viamão, no Continente de São Pedro, transformar-se-ia, a partir de então, no fundamento econômico da expansão das regiões do Sul, as quais passariam a ser as fornecedoras por excelência do gado muar e cavalar, cujo mercado, com a mineração aurífera, crescera vertiginosamente. Com a abertura desse caminho, que ligava Sorocaba, na então capitania de São Paulo, a Viamão, e sua utilização, dia após dia, ano após ano, o sítio onde hoje se ergue a cidade da Lapa, por sua topografia e características geográficas e fitológicas, transformou-se em ponto de pouso e engorda das tropas de gado procedentes do Sul. Em 1731, a estrada, três anos depois do passo inicial, atingiria Curitiba, mesmo ano em que Cristóvão Pereira de Abreu começa a varar o sertão do planalto, à testa de tropa composta por cerca de 800 cabeças de gado, divididas em “pontas” de 200 ou 300 animais. Após 13 meses de penosa viagem, em meados de 1733, chega a Sorocaba (de início, as tropas atingiam Curitiba passando por Campo Largo e São José dos Pinhais). Estava inaugurado, em definitivo, o novo caminho, o qual pouco depois tornou-se mais curto e direto, de Rio Negro para o Sul, da Lapa para o Rio do Registro (Rio Iguazu).

Ao longo desse caminho, que passou a ser conhecido como “Estrada da Mata”, foram sendo estabelecidas paragens, pousos ou invernadas, utilizados tanto pelos tropeiros quanto pelos comerciantes portugueses e paulistas em maioria, que aproveitavam a excelência das pastagens do planalto para engorda do gado antes de



- BIBLIOGRAFIA: AVÉ-LALLEMANT, ROBERT. VIAGENS PELAS PROVÍNCIAS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO-1858, ITATIAIA/USP, SÃO PAULO, 1980.
- CARNEIRO, DAVID. O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS, BIBLIOTECA DO EXÉRCITO, 1990.
- _____. O PARANÁ NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA, ATHENA, RIO DE JANEIRO, 1954.
- CARNEIRO, NEWTON, ICONOGRAFIA PARANAENSE, HAUPT, CURITIBA, 1950.
- GOULART, J. A. TROPAS E TROPEIROS NA FORMAÇÃO DO BRASIL, CONQUISTA, RIO DE JANEIRO, 1961.
- HOLANDA, SERGIO BUARQUE DE. HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, DIFEL, SÃO PAULO, 1959.
- IBGE. GEOGRAFIA DO BRASIL, GRANDE REGIÃO SUL, VOL. IV, RIO DE JANEIRO, 1968.
- LACERDA, FRANCISCO BRITO DE. O CERCO DA LAPA, DO PRINCÍPIO AO FIM, ED. LÍTERO-TÉCNICA, CURITIBA, 1985.
- LA PASTINA FILHO, JOSÉ. “INFORMAÇÃO” IN PROCESSO L.309 T-90, ARQUIVOS DO IPHAN.
- LEÃO, ERMELINO DE. CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS PARA O DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ, EMP. GRÁFICA PARANAENSE, CURITIBA, 1926.
- LYRA, CYRO CORRÊA DE OLIVEIRA (COORD.) ET AL. PLANO DIRETOR URBANO, LAPA, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, CURITIBA, 1979.
- MARTINS, ROMÁRIO. HISTÓRIA DO PARANÁ, ED. RUMO, SÃO PAULO, 1939.
- SAINT-HILLAIRE, AUGUSTE DE. VIAGEM ÀS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E SANTA CATARINA, CIA. EDITORA NACIONAL, SÃO PAULO, 1939.
- SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA DE SANTA CATARINA,

MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO I —O CAMINHO DAS TROPAS, IDESC, FLORIANÓPOLIS. 1989.

SILVA TELLES, AUGUSTO C. DA. ATLAS DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DO BRASIL, MEC/FENAME, RIO DE JANEIRO, 1975.

SOUZA, ALCIDIO MAFRA DE. GUIA DOS BENS TOMBADOS: SANTA CATARINA, FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA/ EXPRESSÃO E CULTURA, RIO DE JANEIRO, 1993.

VIEIRA FILHO, DALMO. "PARECER", IN PROCESSO 1309-T-90, ARQUIVOS DO IBPC.

CABRAL, OSVALDO RODRIGUES. JOÃO MARIA, CIA. EDITORA NACIONAL, SÃO PAULO, 1960.

prosseguirem viagem até a feira de Sorocaba. Esses pousos, paragens, invernações, na real acepção da palavra, desenvolveram-se e, por fim, transformaram-se em sesmarias. Prova disto é que entre 1740 e 1769 foram outorgadas quatro delas a negociantes ou habitantes de área por onde passava o caminho das tropas, todas consoante, mesmo, a política da Coroa portuguesa do *uti possidetis*, ou seja, o povoamento, a ocupação, a posse da terra do Brasil, em flagrante confronto com o Reino de Castela.

Entre 1740 e 1767, antes portanto da fundação da freguesia de mesmo nome, estabeleceram-se no que é hoje o município da Lapa quatro grandes fazendas de gado. Todavia, data de 1728 a instalação de um posto fiscal, de "registro", margem esquerda do Rio Iguaçu, à época conhecido como o Rio Grande de Curitiba, destinado a controlar a passagem de animais criados nos campos da Lapa, ou dos "que procedem dos sertões e das terras do Meridiano, pela estrada chamada da Matta". Tal paragem prestava-se perfeitamente para pouso dos tropeiros, pela razão de situar-se a meia distância entre o Rio da Vargem e o Rio Iguaçu, onde se dava o registro das alimárias. Por este motivo, transformou-se em pouso obrigatório das tropas, motivando em seguida, a fixação de viajantes, agregados e outros, que de imediato passaram a erguer casas de pau-a-pique ou de taipa e, consoante as possibilidades de cada um, procuravam suprir necessidades e solucionar problemas advindos das longas viagens desde o Sul. É bem possível que muitos comerciantes e, também, tropeiros tenham se estabelecido, em definitivo, na região, dando origem, assim, a pequeno núcleo urbano, desenvolvido ao longo do caminho seguido pelas tropas.

Como o povoado não parasse de crescer, seus habitantes solicitaram ao então governador da capitania de São Paulo a construção "de uma igreja, a fim de que nela se celebrassem os ofícios divinos, para pasto espiritual de seus moradores", os quais - registram livros de tombo da época - eram obrigados a utilizar, para batizados e casamentos, a capela de Nossa Senhora da Conceição, em Tamanduá, "cinco léguas bem medidas na direção do Norte". Assim, em 6 de agosto de 1768, o morgado de Matheus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, capitão-general e governador da capitania de São Paulo, concedeu, através de Carta de Sesmaria Urbana - trato de terra destinado à formação de povoação, não a fazenda de criação - "uma légua de terras de testada e outro tanto de certão", para patrimônio e conservação do templo a ser edificado, cujo auto de posse e demarcação foram efetivados em 13 de junho do ano seguinte, pelo tenente-coronel do Real Corpo de Engenharia, D. Afonso Botelho de Sampaio e Souza.

A nova freguesia, de acordo mesmo com a Carta de Sesmaria, ficava na paragem da Lapa e passou a denominar-se freguesia de Santo Antônio da Lapa, freguesia eclesiástica, acentue-se. Somente em 1797, também em 13 de junho, a capitania de São Paulo criou a freguesia de Santo Antônio da Lapa, "sob a jurisdição da Vila de Curitiba". Em virtude do continuado crescimento do povoado, o qual, em fins de 1805, "já possuía para mais de trezentos e tantos fogos", sua população, à testa o capitão-mor Francisco Teixeira Coelho, encaminhou solicitação ao então governador da capitania





de São Paulo, no sentido de que se elevasse a freguesia da Lapa à categoria de vila, com justiça ordinária e juiz de órfãos, sob a alegação de que a distância entre ela e a vila de Curitiba em muito transtornava os negócios forenses. Deferido o pleito, foi a freguesia elevada à condição de vila, em 6 de julho de 1806, sob a denominação de Vila Nova do Príncipe, ocasião em que foram eleitos seus vereadores, o juiz, instaladas a Câmara e a Cadeia e erguido o pelourinho. Em 1853, com a criação da província do Paraná, a Vila Nova do Príncipe passou a ser o 5º Termo Judiciário e Policial da Comarca da capital, ficando-lhe jurisdicionada a freguesia do Rio Negro e deixando de ser, por consequência, termo de Curitiba. Finalmente, em 7 de março de 1872, consoante a Lei Estadual nº 293, a Vila Nova do Príncipe foi elevada à categoria de cidade, com a designação de cidade da Lapa.

Em 1894, passados 22 anos em sua condição de cidade, a Lapa transformar-se-ia em campo de batalha, cujo saldo lhe foi extremamente desfavorável, tanto política como material e economicamente após períodos de tempo de franco progresso e prosperidade. Considerada ponto estratégico contra o avanço das forças revolucionárias federalistas procedentes do Sul, foi defendida por sua própria população e pela tropa legalista comandada pelo coronel Gomes Carneiro. Resistiu bravamente de 17 de janeiro a 11 de fevereiro daquele ano quando, então, foi assinada sua capitulação, na casa do coronel Lacerda, atualmente monumento tombado pelo Patrimônio Nacional e museu de época. Segundo muitos historiadores, a heróica resistência da Lapa proporcionou tempo ao então governo da República para mudar a tendência da guerra e reverter a seu favor a sorte da luta, consolidando e fortalecendo sua posição.

A cidade da Lapa, marco referencial de grande importância na História, tanto do Paraná como do Brasil, seja do processo de ocupação e povoamento do segundo planalto paranaense nos séculos XVIII e XIX, ou durante a Revolução Federalista, em fins deste último, não deixa de constituir-se, do ponto de vista urbanístico, fenômeno singular. De conformação linear, erguida que foi sobre vias paralelas estruturadas ao longo do caminho das tropas e interligadas por travessas, sua memória não pertence apenas a si mesmo. Constitui, isto sim, bem de todos os brasileiros, valioso patrimônio que deve ser protegido em nome de todos, para usufruto de todos. A localidade inicialmente conhecida como Santo Antônio do Registro viu chegar o século XX, ocasião em que passou a enfrentar períodos de declínio e progresso em sua economia, o que lhe acarretou um sem-número de mudanças no seu modo de viver e conviver. Mas a urbe, esta permaneceu intacta. O tropeirismo e o extrativismo não mais tinham a importância de antes. A implantação progressiva de modernos sistemas agrícolas só muito lentamente ocorreu, e esses fatores, paradoxalmente, concorreram para que se preservasse intacto o ambiente que, ao longo dos séculos, agasalhara momentos assaz importantes da nossa História. Em tempos distantes, pelos campos onde hoje se assenta, segundo a tradição oral, por lá passaram Aleixo Garcia e sua bandeira de paulistas, isto em 1526, e cinco anos depois, Pero Lobo e Francisco Chaves e seus comandados, vindos, também, de São Paulo. Historicamente comprovado o trânsito,

por aqueles mesmos campos, de D. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, nomeado adelantado do Reino de Castela em Nuestra Señora de Assumpción, Paraguai, com sua tropa, e procedente de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, nos idos de 1542.

A Lapa, por assim dizer, como muito poucas cidades brasileiras, tem o privilégio de manter de pé, vivo, habitado e ocupado o cenário por onde perpassam, até hoje, histórias de aventureiros e bandeirantes, casos e causos de tropeiros, e de trânsito de tropas, as lendas de João Maria, o Monge, os trabalhos dos artesãos barrigueiros, as histórias ligadas à erva-mate, e aos imigrantes que vieram das lonjuras do Volga e de outras partes da Europa, a partir do século dezenove, o que a enriqueceu culturalmente, a “coisas” ... ligadas a “pica-pau” e “maragatos” – os adversários da Revolução Federalista — muitos e muitos outros fatos e assuntos.

Por tudo isto é que, de há muito, começaram a ser tomadas medidas acauteladoras, objetivando proteger, guardar para o amanhã o que ontem se construiu. Proteção necessária para assegurar que o conjunto da paisagem urbana — as casas, as ruas, as igrejas, os edifícios públicos, as praças, os largos e as alamedas — continue contando a história, para as atuais e as futuras gerações. Para tanto, em agosto de 1979, o então prefeito da Lapa, Sérgio Leoni, firmou convênio com a Universidade Federal do Paraná, além de outros órgãos do estado, objetivando a elaboração de um plano diretor urbano, preocupado que estava em assegurar o desenvolvimento da cidade, resguardando-lhe, no entanto, sua memória, suas tradições, seus bens culturais. Na época, já estavam protegidos, por tombamento, tanto federal como estadual, vários indivíduos arquitetônicos ligados, de uma forma ou de outra, à história, à evolução da cidade: a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro São João, a casa onde faleceu o coronel Gomes Carneiro, a casa Lacerda, a casa Vermelha, entre os 235 imóveis incluídos nos 14 bairros do chamado Centro Histórico, por menorizada e criteriosamente avaliados e classificados no referido plano diretor.

Esse acervo - documentos da máxima importância histórica e paisagística - que se quer conservar e que foi delimitado, para efeito de tombamento, pelo seguinte perímetro: a poligonal tem início no ponto zero situado no cruzamento dos eixos da Alameda David Carneiro com a Rua Nossa Senha do Rocio, de onde segue no sentido anti-horário na direção Norte pelo eixo da Alameda David Carneiro, até o ponto número um, situado no seu cruzamento com a Rua Tenente Henrique dos Santos, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Oeste até o ponto número dois, no seu cruzamento com a Rua Francisco Cunha, e segue pelo eixo desta, na direção Norte, até o ponto número três, situado no seu cruzamento com a Rua Westphallen, de onde segue pelo eixo desta em direção Leste até o ponto número quatro, situado no seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto número cinco, situado no seu cruzamento com a Rua Senador Feijó, e daí segue pelo eixo desta em direção Leste até o ponto número seis, situado no seu cruzamento com a Rua Coronel Dulcídio, de onde segue pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto sete, situado no seu cruzamento com a Rua Francisco Braga,







daí seguindo, pelo seu eixo, em direção Oeste, até o ponto número oito, situado no seu cruzamento com a Rua Francisco Cunha, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Norte, até o ponto nove, situado no seu cruzamento com a Rua Hipólito Alves de Araújo, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Oeste, até o ponto número dez, situado no seu cruzamento com a Rua Barão do Rio Branco, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Sul, até o ponto onze, situado no seu cruzamento com a Rua Duca Lacerda, de onde segue, pelo seu eixo, em direção Oeste, até o ponto doze situado no seu cruzamento com a Avenida Manoel Pedro, de onde segue, pelo eixo desta, em direção Sul, até o ponto treze, situado no seu cruzamento com a Rua Nossa Senhora do Rocío, de onde segue, pelo seu eixo, em direção Leste, até o ponto zero, início da poligonal.

O setor histórico tombado abrange área de 23,41ha, dos quais, 20% são destinados à circulação de veículos e pedestres, 2% a espaços públicos abertos e 78% a edificações. Os 235 lotes da área têm formato e dimensões bastante diversificados, com superfícies variando entre 54 a 7337m², com testadas de cinco até 93 metros lineares. Dos 235 lotes, 222 são ocupados com 258 edificações e 13 estão vagos. A taxa de ocupação da área é baixa. Se considerados os lotes edificadas, ela é de apenas 31,16% e de 29,58%, incluídos os vazios.

A maior parte dos lotes, 77%, têm taxa de ocupação abaixo de 50%. O mais antigo edifício existente no Centro Histórico é a Igreja Matriz de Santo Antônio, erguida ao longo da segunda metade do século XVIII. Do século XIX são 38 edificações. Na primeira metade do século XX foram construídos 76, e 136 na segunda. A predominância de uso no Centro Histórico é o residencial; 175 edificações têm essa função, sendo 55 em conjunto com outra atividade. Seguem-se as atividades de comércio, 58; prestação de serviços, 36. Os serviços públicos, aí incluídos os de saúde e educação, são desenvolvidos em 20 edificações; atividades de cultura e lazer, em nove, e seis são de uso religioso. Para as atividades de alimentação e hospedagem contam-se onze imóveis, oito bares ou restaurantes e três hotéis ou pousadas. Em 13 de dezembro de 1989 o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA-PR) aprovou, por unanimidade de votos, um conjunto de Normas de Uso e Ocupação do Setor Histórico da Cidade da Lapa, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 26 de dezembro do mesmo ano, quando entrou em vigor. Do total de edificações contidas no Centro Histórico, 258, 165, quase 70%, são de um pavimento apenas; 37 possuem um pavimento e sótão; 52, dois pavimentos. Com dois pavimentos e sótão, três, de quatro e cinco pavimentos existem apenas quatro edificações, uma para cada tipo de imóvel. Em consonância com as normas de proteção já estabelecidas para a área, integram também a área de tombamento todas as edificações situadas no espaço externo e que estejam voltadas para a linha poligonal, incluindo as esquinas. ✿